

O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS DE ENSINO REGULAR

ARAUJO Luciane Zavalía.¹
ANJOS, Sulanita Nunes Horta.²

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com surdez nas escolas de ensino regular, bem como observar se as práticas educacionais garantem a sua inclusão e permanência na escola, sem que haja qualquer tipo de preconceito que prejudique o seu desenvolvimento. Justifica-se a importância desta pesquisa pela dificuldade enfrentada pelos professores ao receberem o aluno surdo na sala de aula do ensino regular. Dessa forma, analisou-se como ocorre o relacionamento entre o professor e o aluno surdo, e do aluno surdo com os demais estudantes da instituição escolar, tendo em vista que pode ocorrer uma grande rejeição dos ouvintes em relação ao aluno surdo por não conseguirem se comunicar. Nessa perspectiva, a metodologia adotada iniciou-se com a pesquisa bibliográfica tendo como aporte teórico a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, a Declaração de Salamanca (1994), Guimarães (1995), Mattos (2001), Sasaki (1997), Strobel (1995), Silva (2011). Na sequência, foi aplicado um questionário para os alunos surdos e professores da Rede Municipal de Ensino de Cascavel – PR, aos professores e coordenação pedagógica do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS). Os resultados obtidos na pesquisa indicam que os professores sentem dificuldades em se relacionar com os alunos, e que não estão preparados para atendê-los no que tange ao seu aprendizado, tendo em vista que falta comunicação entre professores do ensino regular e do CAS, o que dificulta ainda mais o aprendizado dos alunos com deficiência auditiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Aluno. Surdez. Ensino Regular. Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva está articulada à escola como um espaço para todos, em que os alunos constroem o conhecimento simultaneamente e de acordo com as suas capacidades, visando o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual. A escola é um espaço de inclusão escolar, em que todos os alunos, independente de suas condições sociais, físicas, intelectuais devem participar ativamente do processo escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 aponta que a inclusão de alunos com necessidades especiais deve ocorrer também no ensino regular. Para que ocorra a inclusão escolar é necessário que a escola esteja preparada para receber o aluno com deficiência. Nesse caso, a escola conta com a modalidade da educação especial, segundo o artigo 58:

¹Autora Graduada em Pedagogia. Acadêmica de Pós Graduação no Curso de Gestão Escolar e Pedagógica do Centro Universitário Assis Gurgacz. Email: Luciane_zavalía@hotmail.com

²Orientadora da Graduação.

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996, s/p).

A educação especial é direcionada para atender aos alunos que possuem Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ superdotação. O atendimento é realizado no contra-turno, ou seja, em horário oposto ao que o aluno frequenta a sala de ensino comum. Esse atendimento ocorre em uma sala de recursos Multifuncional com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem caráter complementar e suplementar, e é direcionado para ajudar na formação dos educandos tanto no âmbito escolar quanto no social.

Quanto ao atendimento especializado aos alunos com surdez, deve ter, como ponto de partida, a compreensão, o reconhecimento do potencial e a capacidade desses alunos, objetivando, assim, o seu pleno desenvolvimento e aprendizado. Tanto as práticas na sala de aula regular e quanto o atendimento educacional especializado devem estar articuladas de tal maneira que o professor tenha clareza da metodologia adequada para atender às especificidades de aprendizagem do aluno com surdez.

Contudo, para que o aluno com surdez seja realmente incluso nas salas de aula de ensino regular, é necessário que haja a compreensão sobre como ocorre o processo de inclusão desses alunos na escola regular de ensino. Isso é necessário tendo em vista que, conforme relatos históricos sempre foram repletos de obstáculos em relação à aceitação da deficiência e à dificuldade de comunicação desses alunos, uma vez que os professores, os alunos e os demais funcionários não conseguem se comunicar com esse aluno, por não terem conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Para que possamos compreender o verdadeiro sentido da inclusão dos alunos surdos, devemos compreender como ocorre o processo de inclusão nas escolas de ensino regular, levando em consideração as dificuldades enfrentadas pela escola, e principalmente pelos professores que não possuem, na maioria das vezes, formação continuada, curso ou especialização em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Assim sendo, este artigo tem como finalidade analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino regular, o qual deve visar à total inclusão desses alunos, bem como oferecer-lhes um ensino de qualidade, que os possibilite desenvolver-se cognitivamente, podendo, assim ser atuantes na sociedade em que vivem. Após estudos sobre a inclusão do aluno surdo nas escolas de ensino regular, observa-se que a inclusão desses alunos

ainda é um assunto que é muito discutido nas escolas, dado o fato de que, muitas vezes, a escola não está preparada para receber o aluno surdo.

A priori, este artigo justifica-se pela dificuldade encontrada por alguns professores ao receberem o aluno surdo na sala de aula do ensino regular, bem como ocorre o relacionamento do professor com o aluno surdo, e do aluno surdo com os demais estudantes da instituição escolar, ressaltando que pode ocorrer uma grande rejeição dos alunos ouvintes em relação ao aluno surdo, rejeição essa que poderá influenciar o processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo. Entretanto, a pesquisa tem como intuito esclarecer qual a importância de se incluir alunos com surdez nas salas de aula de ensino regular e como deve ser a posição do professor e da escola mediante essa inclusão, buscando, assim, contribuir para o processo de ensino e de aprendizagem desses alunos.

O artigo constitui-se em uma pesquisa exploratória, que foi desenvolvida em uma escola municipal de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Cascavel – PR, e tem como meta compreender como foi o processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino comum. Para a concretização dos objetivos propostos, a investigação parte de dados gerados a partir de questionários, os quais serão realizados junto a professores da Rede Municipal de Ensino de Cascavel, que possibilitará a compreensão de como eles se sentem ao receber um aluno com surdez na sala de ensino regular. Além disso, também será realizado um questionário com os alunos inclusos na rede regular de ensino, para compreender como eles se sentem em relação à inclusão, à coordenação pedagógica e com professores especialistas na área da surdez do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS) para compreender como ocorre o trabalho com esses alunos, e como é realizado o planejamento dos professores em relação aos conteúdos que são trabalhados com eles.

Após estudos realizados, notou-se que é necessário compreender como ocorre o processo de inclusão do aluno com surdez na rede regular de ensino, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), observando se as práticas educacionais garantem a sua inclusão e a sua permanência na escola, sem que haja qualquer tipo de preconceito, possibilitando, dessa forma, o seu desenvolvimento.

O presente artigo está organizado em duas seções e uma subseção. Na primeira seção será apresentado o Percurso Histórico da Educação do Deficiente Auditivo no Brasil, que explicará como esse percurso ocorreu. Na segunda seção será apresentado como ocorre a Inclusão do Aluno Surdo no Contexto Escolar, bem como quais são as barreiras enfrentadas pelo aluno para o processo

de inclusão, e quais as suas conquistas após a inclusão. E, na subseção seguinte, será explicado o que é a Deficiência Auditiva, quais são as causas, como ocorre a identificação da surdez.

2. PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO DO BRASIL

A educação inclusiva está articulada à escola como um espaço para todos, em que os alunos constroem o conhecimento simultaneamente e de acordo com as suas capacidades, visando ao seu desenvolvimento cognitivo e intelectual. A escola é um espaço de inclusão escolar, em que todos os alunos, independentes de suas condições sociais, físicas, intelectuais devem participar ativamente do processo escolar.

Antigamente, as pessoas surdas eram consideradas incapazes de serem ensinadas, por esse motivo elas não frequentavam a escola, em especial, as que não falavam e eram excluídas da sociedade, ou seja, não podiam atuar na sociedade em que viviam.

Em meados do século XV, não existiam escolas especializadas para atender aos alunos com deficiência auditiva. Nessa época, surgiram alguns ouvintes que estavam preocupados com a educação dos surdos, os quais tentavam ensiná-los. Nos séculos seguintes, alguns professores sentiram a necessidade de se dedicarem à educação do surdo, estes educadores discutiam sobre qual seria o método mais indicado para trabalhar com o surdo, alguns achavam que a oralidade deveria ser priorizada, já outros, acreditavam que seria mais eficaz utilizar a Língua de Sinais.

Segundo Araujo (2009); Castelar (2009); Mendes (2009) e Silva (2009), a educação dos surdos no Brasil iniciou-se em 1857 com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que hoje é o conhecido com Instituto Nacional de Educação de surdos (INES). Esse instituto foi criado pelo professor surdo francês Ernest Huet, que veio para o Brasil a convite do Imperador Dom Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, os alunos eram ensinados por meio da linguagem escrita, a qual era articulada e falada por datilologia de sinais. Assim, ocorreu o primeiro contato com a língua de sinais francesa, a qual foi trazida por Ernest Huet e era a língua de sinais utilizada pelos alunos. Naquela época, o trabalho com o aluno surdo era realizado por professores comuns, ou seja, que não possuíam especialização, a partir desse fato, os surdos foram conquistando o seu espaço na sociedade em que viviam.

Na década de 1980, começaram a surgir leis que defendiam a inclusão dos alunos nas escolas de ensino de regular, como exemplo podemos citar: a Constituição de 1988 (artigo 208), Lei

nº 7.853, de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, o Estatuto da Criança e do adolescente de 1990 (artigo 54), a Declaração de Salamanca, de 10 de junho de 1994, sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, a LDB de 1996 Capítulos V que fala sobre a Educação Especial, Decreto nº 3.298 de 1999, regulamentado pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, Decreto nº 5.626/05 que dispõe sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular. Mesmo com tantas leis e decretos que amparam a educação inclusiva foi necessário que os alunos com deficiência e as suas famílias lutassem pelo direito e pela permanência na sociedade em que viviam.

Em meados do século XX, surgiram movimentos sociais que lutavam contra as variadas formas de discriminação, para que fosse possível a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, fazendo com que elas se tornassem seres inclusos sem que houvesse qualquer tipo de preconceito contra elas.

A Educação Inclusiva iniciou fora da sala de aula, ou seja, a própria sociedade sentiu a necessidade de acabar com as barreiras que as pessoas com necessidades educacionais precisavam enfrentar, barreiras que estavam presentes em todos os lugares como, por exemplo, nas escolas, nas ruas e até mesmo na família, ou seja, em toda a sociedade. Dessa forma, antes mesmo dessa luta por igualdade acontecer, as pessoas com necessidades educacionais eram consideradas inválidas, independente do seu tipo de deficiência. Entretanto, com o passar do tempo e após muitas lutas, foram surgindo Leis e Decretos que amparavam as pessoas com necessidades educacionais, as mais importantes foram a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), as quais abordam particularidades sobre a inclusão social e escolar do aluno com deficiência.

Segundo a Declaração de Salamanca, (1994) a caracterização e a inserção dos indivíduos que possuem necessidades educacionais com uma política de justiça social, conforme explicita:

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6)

Dessa forma, de acordo com Lei de Bases e Diretrizes nº 9.394/96 fica determinado que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, s/p).

Por meio das pesquisas realizadas constatou-se que a educação inclusiva passa a ter outro sentido, que vai além do vocábulo inclusão, com isso, deve-se acabar com as barreiras para a aprendizagem e para a participação de qualquer aluno nas escolas comuns, o ensinar e o aprender se constituem de forma dinâmica em que a aprendizagem não pode ficar restrita somente nos espaços da escola e dos alunos, como se parecessem atores, em que se transmite o ensino.

De acordo com Silva (2011) desde o final do século XX e início do século XXI, notou-se que houve um grande avanço pedagógico e social para que fosse possível ter uma sociedade que fosse inclusiva no Brasil, a qual está sendo valorizada por todos. Sob essa perspectiva, nas escolas podemos contar com salas de recursos, de atendimentos especializados, de tecnologia avançada, como, por exemplo, computadores adaptados, os quais possuem sintetizadores de fala, programas e aplicativos diferenciados. Ademais, atualmente, pode-se notar, claramente, que a inclusão das pessoas com necessidades especiais, que um dia sofreram muito com as discriminações e preconceitos, já estão buscando a garantia dos seus direitos perante à sociedade, os quais estão evidentemente expostos na sociedade.

2.1 O que é deficiência auditiva?

A perda auditiva consiste na perda total, ou parcial, da audição, ou seja, o indivíduo já pode nascer com surdez ou, posteriormente, a surdez pode ser causada por doenças. Existem casos de pessoas que não são totalmente surdas, nesses casos específicos elas têm apenas uma porcentagem de surdez. Segundo Silva (2011) a deficiência auditiva pode ser de origem congênita, causada por virose materna, por doenças tóxicas desenvolvidas durante a gravidez, ou adquirida, causada por

ingestão de remédios que lesam o nervo auditivo, por exposição a sons impactantes, por viroses, por predisposição genética, por meningite.

A identificação de uma pessoa com surdez pode ser identificada a partir do seu nascimento, mas, para que isso seja possível, é necessário que os pais percebam se a criança reage a sons, para tanto, podem ser efetuados alguns testes em casa mesmo, por exemplo, fazer alguns sons e verificar se a criança reage. Já no ambiente escolar, o professor pode suspeitar de casos de deficiência auditiva entre os seus alunos quando observar os seguintes sintomas: distração excessiva, dores frequentes de ouvido, ou ouvido purgante, dificuldade na compreensão, intensidade da voz (inadequada para a situação, muito alta ou baixa, ou quando a pronúncia dos sons é incorreta).

Antigamente, costumava-se achar que a surdez era acompanhada por algum tipo de déficit de inteligência, mas com a inclusão dos deficientes auditivos no processo educativo, percebeu-se que a maioria deles não tinha a possibilidade de desenvolver a inteligência em virtude dos poucos estímulos que recebiam, e isto era em virtude da dificuldade de comunicação entre surdos e ouvintes. Com o desenvolvimento das diferentes línguas de sinais e o trabalho de ensino com as línguas orais possibilitaram aos surdos os meios de desenvolvimento de sua inteligência.

2.1.1. A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO CONTEXTO ESCOLAR

Com o passar dos anos sentiu-se a necessidade de que os alunos com deficiência auditiva fossem inclusos nas salas de aula de ensino regular, mas, para que isso fosse possível, foi necessário enfrentar muitas barreiras, entre elas o preconceito, já que muitas pessoas achavam que as pessoas com necessidades especiais não tinham os mesmos direitos legais dos demais por serem “diferentes”, mas é claro que, após tantas lutas por igualdades sociais, foi possível a inserção desses alunos nas salas de ensino regular.

Quando uma escola de ensino regular recebe um aluno com surdez, é importância que sejam observados alguns pontos importantes, tais como: verificar se há alguma dificuldade encontrada pela criança surda ao ingressar na escola de ensino regular, tendo em vista que ela não consegue se comunicar com os seus colegas e com os professores. Devido a esse fato, ocorre uma grande dificuldade voltada ao processo de ensino e de aprendizagem desse aluno, assim, é comum nos depararmos com crianças que possuem todo o conteúdo aplicado pela professora no caderno, mas somente o copia, não o interpretando ou compreendendo o que escreveu.

Para que esse processo de inclusão ocorra, a família e a comunidade escolar devem trabalhar em conjunto, facilitando, assim, a aprendizagem e a interação do aluno surdo sem traumas.

No processo de inclusão do aluno surdo é importante pensar em dois aspectos que facilitaram a inclusão, são eles: o primeiro refere-se à preparação da criança juntamente com a família, para ser inserida no ensino regular, nesse momento, a família deverá ter certeza que inseriu a criança em um ambiente apropriado no qual propicie o seu desenvolvimento cognitivo, linguístico e emocional; e o segundo aspecto refere-se às orientações que deverão ser passadas aos professores que atuaram com a criança na sala de aula, e também deve-se preparar os demais alunos para receberem o colega surdo. Segundo Guimarães (1995), é “na escola regular que o pequeno surdo tem oportunidade de desenvolver bons hábitos e atitudes de independência, melhor adaptação social e bons sentimentos” (GUIMARÃES, 1995, p. 69).

De acordo com Amorim; Costa; Walker (2006) sabe-se que a inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino regular é repleta de desafios, já que os eles sofrem um grande preconceito em relação aos ouvintes por não conseguirem se comunicar com facilidade. No entanto, no contexto escolar, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) surgiu com a finalidade de facilitar a comunicação e a interação do surdo com os ouvintes, porém, durante muito tempo, o mito de que a língua de sinais impediria que os alunos surdos desenvolvessem a linguagem oral, impediu a sua utilização nas escolas. Sendo assim, é por esse fato que que, nas escolas, a LIBRAS era vista apenas como um conjunto de gestos que tinha a única função de transmitir os conteúdos concretos.

Na atualidade, a Língua de Sinais é vista como uma disciplina que está em expansão, já que, por meio de pesquisas, é possível verificar que ela é de suma importância, haja vista que possibilita a comunicação com o sujeito surdo. Porém, infelizmente, não são todas as pessoas, muito menos todos os professores, que possuem conhecimento da linguagem de sinais e, com isso, o contato com o aluno surdo se torna cada vez mais difícil já que eles não conseguem se comunicar e criar um vínculo de aprendizagem. Sendo assim, muitas vezes o professor não consegue atingir os objetivos que são propostos nas atividades por não conseguir se comunicar com o aluno surdo.

De acordo com Sasaki (1997), “a inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração” (SASSAKI, 1997, p. 41). Portanto, para que haja realmente uma inclusão de qualidade, a escola deve estar preparada para receber os alunos com surdez, visando um melhor aprendizado para eles. Dessa forma, a escola deverá ter o apoio de um professor que seja especializado (que possua conhecimento em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS), para trabalhar

com esse aluno, ou seja, um Professor de Apoio Pedagógico (PAP) que trabalhará diretamente com o aluno surdo.

De acordo com Silva (2011), a participação da família no processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva é um aspecto fundamental para a interação, para a comunicação e para a aprendizagem escolar do aluno. Ressaltando que é no ambiente familiar que as pessoas com surdez desenvolvem as diferentes formas de comunicação.

Os pais são os parceiros privilegiados no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência auditiva, pois podem colaborar com a escola, transmitindo informações sobre como ela se comunica e interage, e, ainda, quais são as suas dificuldades nesse processo.

Na Declaração de Salamanca (1994) fica expressa que, a educação de crianças com necessidades especiais é uma tarefa que deve ser dividida entre os pais e a escola, desta forma a escola deve incentivar os pais a colaborar nas atividades educacionais em casa e na escola, para que eles possam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares, bem como orientar e apoiar a aprendizagem de seus filhos.

Segundo Silva (2011) diariamente as crianças com surdez enfrentam dificuldades ao entrarem na escola devido a perda de audição, e também pela maneira como a escola organiza a sua proposta educacional, podendo, assim, prejudicar os alunos nas suas potencialidades cognitivas, sócio afetivas, linguísticas, política, cultural e, conseqüentemente, no desenvolvimento da aprendizagem.

No momento em que a instituição escolar incentiva os pais a participarem mais da educação de seus filhos, a escola demonstra grandes mudanças significativas no processo de inclusão da criança com surdez, revertendo, assim, a sua prática inclusiva, por meio do Projeto Político Pedagógico e da participação ativa e regular das famílias.

Conforme ressalta Silva (2011), a luta por formar uma sociedade que seja inclusiva é um processo que começa na família e se constitui como um dos maiores desafios da educação na atualidade. Dessa forma, compreende-se, assim, as relações que são estabelecidas entre professores, alunos e pais na sala de aula. No que tange aos aspectos afetivos e emocionais, ressalta-se que esses fazem parte das condições do trabalho docente, implicando, assim, na qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

As decisões que são tomadas em conjunto pelos pais e pela escola são atitudes importantes para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, já que a família é

a primeira instituição social da qual a criança faz parte, e é nela que ele desenvolve as diferentes formas de comunicação.

É importante ressaltar a importância de conhecer a história de vida da criança surda para que, juntos, os pais e a escola possam delimitar estratégias de ensino que melhor se adaptem às necessidades educacionais da criança com deficiência auditiva, bem como buscar apoio de serviços especializados com objetivo de melhorar o processo de ensino e de aprendizagem. Esses serviços servem de apoio aos professores, aos familiares e aos alunos, já que, muitas vezes, eles não sabem como lidar com determinadas situações que ocorrem no dia a dia.

3. METODOLOGIA

O presente artigo ampara-se em uma pesquisa exploratória, pois tem como meta compreender como é o processo de inclusão do aluno surdo nas escolas de ensino comum e como ocorre o aprendizado desses alunos. Esse tipo de pesquisa “tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

Além disso, a abordagem é de caráter qualitativo, pois “compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p.1). A escolha pela abordagem qualitativa deu-se pelo fato de que é de caráter vivencial e por existir a possibilidade de estabelecer uma relação entre o mundo real e o sujeito. Dessa maneira, o conhecimento não se reduz a uma coleta de dados isolada, mas interligadas por uma teoria explicativa da relação entre os sujeitos. O objeto não é um dado inerte e neutro, mas constituído por significados e por relações que sujeitos concretos criam em suas ações. Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa bibliográfica, bem como a pesquisa de campo, serão indispensáveis para a análise dos resultados. Ademais, a pesquisa bibliográfica possibilita “a cobertura de uma grande gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia investigar diretamente” (GIL, 1994, p. 50).

Já a pesquisa de campo propõe uma investigação além dos documentos, ou seja, esse tipo de pesquisa será realizado diretamente com pessoas, sendo definida como a “procura de muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis” (GIL, 2002, p.53). Essa pesquisa foi realizada para entender como os professores se sentem ao receber um aluno surdo na sala de aula de ensino regular.

Para a concretização dos objetivos propostos, a investigação parte de dados gerados a partir de questionários realizados junto a professores e a alunos da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - PR, da Escola Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire, o que possibilitou a compreensão de como esses professores se sentem ao receber um aluno com surdez, e como esses alunos, que são inclusos nas escolas de ensino regular, sentem-se em relação à com a inclusão Além disso, realizou-se questionários com professores e com a coordenação pedagógica que possuem especialização em LIBRAS e que atendem no Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), para verificar como esses educadores trabalham com esses alunos, e para verificar como a coordenação pedagógica ampara os professores ao trabalharem com os alunos surdos.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Com a finalidade de compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos com surdez nas escolas de ensino regular, realizou-se questionários junto a professores da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - PR, da Escola Municipal de Educação Básica para Jovens e Adultos Paulo Freire, a qual atende aos alunos da Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), o qual tem a finalidade de promover a formação de profissionais habilitados como professores, tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, instrutores surdos e demais profissionais para atuar com alunos surdos ou com perda auditiva. O CAS ainda oferta o AEE - Atendimento Educacional Especializado aos alunos com perda auditiva e surdez da Rede Pública Municipal de Ensino, utilizando recursos tecnológicos e adaptados para o ensino de Libras como primeira Língua e do Português escrito como segunda língua.

Em relação aos questionários, destaca-se que foram entregues sete: sendo dois para professores do ensino regular (Escola Paulo Freire), dois para professores com especialização em LIBRAS (professores do CAS), dois para alunos da Escola Paulo Freire e um para a Coordenação Pedagógica do CAS. Dos questionários entregues houve o retorno de dois, sendo um da professora do ensino regular (Escola Paulo Freire) e um da professora com especialização em LIBRAS (CAS). Os questionários distribuídos aos professores do ensino regular e do CAS continham questões diferentes.

Para a identificação das professoras serão utilizados os seguintes termos: para a professora do ensino regular PR e para a professora do CAS PC.

Para a professora PR foi realizado um total de sete perguntas, sendo que todas foram respondidas, com o intuito de compreender e de analisar como ocorre a interação do aluno surdo com os demais colegas, o aprendizado do aluno surdo e quais são os recursos necessários para o seu aprendizado.

Quando PR foi questionada sobre como ocorre a interação entre o aluno surdo e ouvinte obteve-se a seguinte resposta: “Alguns alunos interagem com os demais e percebe-se uma comunicação através de gestos sem o uso de LIBRAS, outros preferem não interagir com os demais, conversam pouco e também sem o uso da LIBRAS”. Ao analisarmos a resposta da PR, notamos que a pouca comunicação entre os alunos surdos e ouvintes é algo visível dentro da sala de aula, e isso ocorre por falta de conhecimento dos alunos ouvintes e surdos em relação à LIBRAS. Nesse sentido, essa falta de conhecimento implica a não comunicação entre ambos, muitas vezes, pelo medo de não conseguirem se comunicar ou de não compreender um ao outro. Podemos comparar a resposta de PR com o que Guimarães (1995) postula, ou seja, “que a falta de comunicação prejudica toda a formação de linguagem, pensamento, entre outros aspectos da pessoa surda” (GUIMARÃES, 1995, p. 67)

No que se refere aos recursos pedagógicos, por meio do questionário solicitou-se sobre quais são os recursos necessários para que o professor promova o processo de ensino e de aprendizagem para os alunos surdos. Dessa forma, PR nos responde que: “Recursos visuais diversos como computadores, imagens e recursos auxiliares externos: material dourado, jogos pedagógicos diversos, uso da LIBRAS, inserção/ participação dos alunos nos conteúdos trabalhados”.

Sabe-se que, para que os alunos compreendam os conteúdos com mais facilidade, é necessário a utilização de recursos concretos, recursos que foram citados pela professora PR e pela professora PC. Ao comparar a resposta de PR e de PC com o que diz Guimarães (1995) sobre o aprendizado dos alunos, destaca-se o seguinte:

O professor deve concretizar todo o trabalho afim de que o aluno compreenda o significado das palavras. O professor ao ensinar, deve lembrar sempre que o aluno não tem conhecimento do vocabulário, desta forma é importante que ele concretize, desenhe, explique (GUIMARÃES, 1995, p. 69)

Quando PR foi questionada sobre quais são as dificuldades enfrentadas pelos alunos com surdez no processo de inclusão no ensino regular, e como acontece a comunicação/interação entre o

aluno surdo e a professora em sala de aula, obteve-se a seguinte resposta: “Penso que a comunicação é a barreira principal, pois os alunos surdos ainda não se apropriaram totalmente da LIBRAS e os demais alunos não conhecem a língua de sinais. E que a comunicação entre ela e o aluno ocorre por meio da LIBRAS”. Ao analisarmos a resposta de PR, verificamos que o próprio aluno surdo tem dificuldade em se comunicar utilizando a LIBRAS, por falta de conhecimento sobre essa língua. Nesse sentido, ressalta-se que, se para o aluno surdo é difícil, para o ouvinte é ainda mais, tendo em vista que, muitas vezes, eles não sabem da existência da Linguagem de Sinais. Dessa forma, para que ocorra um aprendizado tanto do aluno surdo e quanto do ouvinte, em relação à LIBRAS, a escola poderia fornecer aulas específicas para esses alunos, possibilitando, assim, uma melhor interação entre eles.

Ao questionar PR sobre a importância do intérprete no processo de construção de conhecimento do aluno surdo, e como ela avalia o processo de inclusão desse aluno na rede regular de ensino, ela afirma que o intérprete: “É fundamental na mediação da comunicação, para que os alunos se apropriem dos conteúdos científicos, através de sua mediação no processo de ensino. E é fundamental a inclusão do aluno surdo, desde que a rede de ensino proporcione a ele condições de aprendizagem com professores especialistas, interpretes e recursos auxiliares externos”. Ao analisarmos a resposta da PR quando afirma “que acha fundamental a inclusão dos alunos no ensino regular”, sabe-se que essa inclusão ainda é algo muito discutido. Isso ocorre principalmente pelo fato de que os professores não se sentem preparados para receber um aluno com deficiência auditiva na sala de aula regular, por falta de conhecimento da LIBRAS e, por esse motivo, o professor tem medo de não dar conta de ensinar esses alunos. Sendo assim, sabe-se que, para que esse aprendizado ocorra, é necessário que a escola busque meios para atender às necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento do aluno com surdez.

Quando questionada PR sobre como ela identifica se o aluno surdo aprendeu/entendeu o conteúdo, ela nos responde que: “São necessárias as observações, a interação entre professor e aluno, sempre questionando se o aluno compreendeu o conteúdo, e solicitando que ele repita o que foi explicado a fim de conferir se ele compreendeu.” Ao analisar a resposta da PR, podemos compará-la com o que Strobel (1995) relata:

A avaliação deverá ser um processo constante durante todas as atividades das crianças surdas, dentro e fora da sala de aula; poderá ser feita através de conversação, debates, perguntas e respostas (STROBEL, 1995, p.66).

Para a professora do CAS foi realizado um total de oito perguntas, e todas foram

respondidas, com o intuito de compreender e de analisar como ocorre a interação do aluno surdo com o professor especialista, como esse educador auxilia o aluno no processo de ensino e de aprendizagem, levando em consideração quais são os métodos de ensino utilizados nesse processo, e como ocorre o planejamento das aulas e a comunicação entre o professor do ensino regular e o professor do CAS.

Quando PC foi questionada sobre como é o seu planejamento, se ele é feito em conjunto com a professora do ensino regular, se elas fazem reuniões periódicas para discutir o desenvolvimento do aluno surdo, e como é o relacionamento entre elas, obteve-se as seguintes repostas: “Devido às condições internas, hoje o CAS não participa das elaborações em conjunto com o professor regente, mas em seu projeto de trabalho existe este reconhecimento da necessidade. As condições internas correspondem à forma como o CAS está organizado, é limitado. As reuniões pedagógicas ocorrem somente com a equipe do CAS, com os professores do regular não é possível. Em relação ao relacionamento com a professora regente, das poucas vezes que se teve contato, sempre buscamos em comum o melhor atendimento para o aluno”.

Sabe-se que os professores do ensino regular e os professores intérpretes deveriam se reunir para discutir o planejamento e o desenvolvimento do aluno, mas como a Professora PC citou em sua fala “que não é possível realizar reuniões periódicas com o professor do ensino regular e que poucas vezes elas tiveram contato” podemos questionar, então, como ambas as professoras PC e PR discutem o que deve ser trabalhado com o aluno surdo, qual a melhor forma de abordar o conteúdo com ele e como está o desenvolvimento desse aluno. Além disso, ao analisar o fato de a instituição ter um “espaço” limitado, questiona-se, então, como é realizado o atendimento ao aluno surdo no contra turno já que a falta de espaço não possibilita reuniões/encontros entre as professoras PC e PR. Ademais, será que a instituição possui salas de aula para atender a esses alunos, se eles têm esse atendimento porque as professoras não podem se reunir nessa sala em um dia que tenha alunos. Podemos dizer que o fato do espaço ser limitado não impede que elas se reúnam periodicamente.

Em relação às respostas sobre como são as atividades realizadas com os alunos surdos no CAS e quais são os encaminhamentos metodológicos utilizados para trabalhar com esses alunos, a professora responde que: “As atividades variam conforme a necessidade de cada aluno. Trabalho com o “português para surdos” e dependendo do aluno e do seu vocabulário no português posso avançar nas atividades ou não. Os encaminhamentos utilizados são materiais visuais, trabalhos em grupo e jogos”. Ao analisar a resposta das professoras PR e PC sobre quais os encaminhamentos metodológicos e os materiais utilizados para trabalhar com o aluno surdo nota-se que ambas utilizam

os mesmos recursos, apesar de elas utilizarem os mesmos recursos pedagógicos, isso não significa que elas estão trabalhando em conjunto, pois uma trabalha um conteúdo em sala de aula regular e a outra trabalha com outro conteúdo no contra turno.

Denota-se, dessa forma, falta de comunicação entre a professora PC e a professora PR, fato que dificulta ainda mais o aprendizado dos alunos surdos. Sendo assim, para que essa dificuldade seja suprida, as professoras poderiam utilizar fichas de diálogo para se comunicarem, dessa forma, ficaria mais fácil de trabalhar os conteúdos, ou seja, uma passaria informações para a outra, qual o conteúdo está sendo trabalhado, quais as dificuldades de compreensão do aluno, o que ele já apropriou e o que falta apropriar.

Ao questionar PC quanto ao fato de as atividades, aplicadas na sala de ensino regular, serem reforçadas pelo professor com especialização (LIBRAS) a professora afirma que: “Os professores do CAS possuem a especialização adequada, porém, devido ao contato insuficiente com o professor regente, os conteúdos são aplicados, mas sem enfoque específico sobre determinado assunto para determinado aluno, por não haver encontros com a escola, devido a problemas na própria estrutura que o CAS oferece hoje que é muito limitado.” Como a própria professora PC cita anteriormente, “que não é possível reuniões periódicas com o professor do ensino regular e que poucas vezes elas tiveram contato”, fica claro que os conteúdos trabalhados pelo professor com especialização não coincidem com os que são trabalhados no ensino regular e que isso interfere no aprendizado dos alunos. Conforme mencionado, os professores poderiam utilizar fichas de diálogo para se comunicarem, dessa forma, mesmas professoras poderiam trabalhar em conjunto visando, assim, a um melhor desenvolvimento do aluno surdo.

Segundo a visão de PC sobre as dificuldades enfrentadas para trabalhar com o aluno surdo, e como é o seu relacionamento com esses alunos, notamos que: “Quando o aluno vem acomodado pela deficiência (superproteção da família), quando tem implante coclear, ou quando está em um ano avançado na escola daquilo que o aluno realmente consegue fazer. Que o seu relacionamento com os alunos surdos é bom, mas que quando é preciso ser firme no controle da turma a mesma não deixa de fazê-lo.” Ao analisar a resposta da professora PC sobre as dificuldades enfrentadas, nota-se que umas das principais dificuldades é a superproteção da família:

A família deve ter certeza que inseriu a criança em um ambiente que propicie o bom desenvolvimento cognitivo, psicomotor, lingüístico e emocional, e deve também acompanhar o seu progresso, questionando e pontuando o que acha necessário (GUIMARÃES, 1995, p. 67).

Após a análise dos resultados, notou-se que a pesquisa indica que os professores sentem dificuldades em se relacionar com os alunos, e que essa dificuldade também ocorre entre os alunos ouvintes e os surdos, já que os ouvintes não conhecem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e alguns alunos surdos preferem não interagir com os demais. No que tange ao atendimento no CAS percebe-se que a falta de comunicação entre o professor do ensino regular e o professor com especialização é a maior dificuldade, pois ambos não conseguem trabalhar em conjunto visando, assim, um melhor aprendizado para o aluno com surdez.

Os resultados dessa pesquisa foram apresentados em forma de seminário, retratando a importância da inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino comum, na turma do terceiro ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia da União Educacional de Cascavel- UNIVEL, no dia vinte e três de outubro de dois mil e quinze. A aplicação possuía como objetivo conscientizar os alunos sobre a importância de incluir alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino regular, sendo possível alcançar o objetivo proposto com a aplicação, pois os alunos demonstraram interesse pelo que estava sendo apresentado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início do processo de inclusão até os dias atuais o aluno surdo enfrenta dificuldades na sala de aula no ensino regular. Por meio da pesquisa de campo realizada, pode-se notar as dificuldades encontradas, principalmente quanto ao aspecto de relacionamento do professor com o aluno surdo, e deste com os colegas ouvintes.

Por meio dessa pesquisa conseguiu-se alcançar os objetivos propostos, principalmente no que diz respeito à aquisição de conhecimento sobre como ocorre o processo de inclusão do aluno com surdez na rede Municipal de Ensino, observando se as práticas educacionais garantem a sua inclusão e permanência na escola, sem que haja qualquer tipo de preconceito, possibilitando, assim, o seu desenvolvimento. No entanto, notou-se que esse processo de inclusão ainda é muito difícil, porque os professores não estão preparados para receber os alunos com surdez tendo em vista que não possuem curso/especialização em LIBRAS e, por esse motivo, eles não conseguem se comunicar com facilidade com os alunos.

Outro ponto importante no que tange à inclusão é que os alunos surdos não conseguem se comunicar com os ouvintes e, por esse motivo, acabam ficando isolados, por medo de tentar se relacionar e por não haver um entendimento entre ambos.

A partir da análise dos resultados, foi possível perceber que os professores do CAS e do ensino regular não realizam encontros frequentes para planejar as atividades que serão trabalhadas e, por esse motivo, não trocam informações sobre o aluno surdo. No entanto, essa falta de contato pode prejudicar o aluno, pois o professor do CAS possui especialização em LIBRAS e, com isso, poderia trabalhar/reforçar os conteúdos que estão sendo trabalhados na sala de aula regular facilitando, assim, o aprendizado do educando.

Portanto, com a elaboração dessa pesquisa foi possível compreender como ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos nas escolas de ensino regular, bem como quais são os seus direitos como cidadãos. Além disso, ressalta-se que independente deles possuírem uma deficiência auditiva eles tem os mesmos direitos que os demais alunos de estarem inseridos nas escolas de ensino regular, e tem o direito de ter um Professor de Apoio Pedagógico (PAP), para lhe auxiliar no processo de aprendizagem e de apropriação de conceitos.

Por fim, conclui-se que a educação deve ser voltada para atender a todas as pessoas, sem distinção de etnias, de crenças, de costumes, de valores, preservando, dessa forma, a pluralidade cultural e a diversidade dos educandos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. I. D. A.; COSTA, S. M. S. M.; WALKER, M. R. **A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino**. 2006. Disponível em :<<http://www.ufac.br/portal/unidades-administrativas/orgaos-complementares/edufac/revistas-eletronicas/revista-ramal-de-ideias/edicoes/edicao-1/caminhos-da-educacao/a-inclusao-do-aluno-surdo-na-rede-regular-de-ensino>> Acesso em: 14 set. 2015

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília:Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**:plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizado.UNESCO, Jomtiem, Tailândia , 1990

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Governo do Estado do Paraná, 1990.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm> Acesso em:22 ago. 2015.

BRASIL. **Decreto 3.298**, de 20 de dezembro de 1999, Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 22 ago. 2015

BRASIL. **Lei 10.436**, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10436.pdf>> Acesso em: 22 ago. 2015

BRASIL. **Ministério da Educação. Leis de Diretrizes e Bases da educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília. MEC/ SEESP, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, A. R. Orientação aos Professores de Escola Regular que Atendem a Crianças Surdas. In: Strobel, K. L.; DIAS, S. M. S. (Org). **Surdez: Abordagem Geral**. Curitiba: APTA-Gráfica e Editora LTDA, 1995.

INTITUTO NACIONAL DOS SURDOS Disponível em <http://www.ines.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa** – Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Liliane, Bezerra. **Inclusão de Alunos Surdos na Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moreira Soares**. Biblioteca Virtual, 2011. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/inclusao_de_alunos_surdos_na_escola_municipal_de_ensino_fundamental_joao_moreira_soares_1343924381.pdf. Acesso em: 20 out. 2015.

SILVA, S.C.; ARAÚJO, A; CASTELAR, M; MENDES, N. **Abordagem multidimensional: As contribuições da psicologia na educação de surdos: o caso do Centro de Educação Especial do Estado da Bahia**. Bahia. Scielo Books, 2009. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-17.pdf>> Acesso em: 13 set. 2015.

STROBEL, K. L. LIBRAS para Crianças Surdas. In: DIAS, S.M. S. **Surdez: Abordagem Geral**. Curitiba: APTA- Gráfica e Editora LTDA, 1995, p. 64-66.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Educação Especial Disponível em <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/266-educacao-especial.html>. Acesso em: 05 mai. 2015.